

de Estado do Orçamento em 13 do corrente, foram aprovados o seguinte quadro e os salários do pessoal civil assalariado da Escola Central de Sargentos, em conformidade com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 40 422, de 6 de Dezembro de 1955:

Pessoal	Designação	Salário diário
1	Cozinheiro de 3.ª classe . . . . .	30\$00
1	Ajudante de cozinheiro de 3.ª classe . . . . .	24\$00
2	Serventes de limpeza de 3.ª classe . . . . .	20\$00
1	Encarregado de lavandaria de 3.ª classe . . . . .	28\$00
1	Barbeiro de 3.ª classe . . . . .	30\$00
1	Carpinteiro-pedreiro de 3.ª classe . . . . .	40\$00

Repartição Geral do Ministério do Exército, 20 de Março de 1956. — O Chefe da Repartição, *Joaquim de Sousa Brites*, major.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### 6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 27 de Março do corrente ano, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência de verba no orçamento vigente deste Ministério:

#### CAPÍTULO 1.º

#### Gabinete do Ministro

#### Missões e comissões de serviço e de estudo no estrangeiro

Artigo 10.º «Outras despesas com o pessoal»:

N.º 1) «Ajudas de custo»:

Da alínea a) «Adidos navais — Em Washington» . . . . . — 118.300\$00

Para a alínea b) «Oficiais enviados ao estrangeiro em missão de estudo ou para frequência de cursos» . . . . . + 118.300\$00

Conforme o preceituado no artigo 16.º do Decreto n.º 40 453, de 23 de Dezembro do ano findo, esta alteração mereceu, por despacho de 30 de Março último, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Tesouro.

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 3 de Abril de 1956. — O Chefe da Repartição, *Carlos Romero Ivo de Carvalho*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

#### Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que o Governo Português comunicou ao Governo dos Países Baixos, em 5 do corrente mês, que concordava com a extensão aos departamentos franceses da Guiana, Guadalupe e Martinica da Convenção sobre Processo Civil, assinada na Haia em 17 de Julho de 1905, ficando esta assim a vigorar entre Portugal e os aludidos territórios.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, 5 de Abril de 1956. — Pelo Director-Geral, *Abílio Pinto de Lemos*.

### Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

#### Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada Britânica em Lisboa, os Governos do Brasil e da Venezuela efectuaram, respectivamente em 17 de Janeiro e 8 de Fevereiro de 1956, o depósito nos arquivos do Governo do Reino Unido do instrumento de adesão à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres em 10 de Junho de 1948.

A referida Convenção começará a vigorar quanto ao Brasil em 17 de Abril de 1956 e quanto à Venezuela em 8 de Maio de 1956, nos termos do parágrafo c do artigo XI da aludida Convenção.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 31 de Março de 1956. — O Director-Geral, *Ruy Teixeira Guerra*.

#### Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação da Bélgica em Lisboa, o Governo da Islândia fez depositar nos arquivos do Governo Belga, em 10 de Fevereiro de 1950, os instrumentos de adesão ao Protocolo que modifica a Convenção, assinada em Bruxelas em 5 de Julho de 1890, relativa à criação duma União Internacional para a publicação das pautas aduaneiras, ao Regulamento de Execução da Convenção que institui um Bureau Internacional para a publicação das pautas aduaneiras e à acta de assinatura, assinados em Bruxelas em 16 de Dezembro de 1949.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 31 de Março de 1956. — O Director-Geral, *Ruy Teixeira Guerra*.